



CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS 85 ANOS DO GSI

PALAVRAS DO MINISTRO

Bom dia a todos.

Inicialmente, agradeço a presença de todos para comemorarmos, juntos, os 85 anos de criação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Agradeço também, especialmente, os familiares que aqui comparecem, por meio da família do Subtenente Tomasi, que entregou sua vida em prol da segurança presidencial. Com muita honra nós entregamos à família, Post Mortem, a Medalha da Segurança Presidencial.

Cumprimento, também, todos os demais agraciados com essa medalha e lhes agradeço pelos relevantes serviços prestados em proveito da Presidência da República. Durante as minhas palavras, os senhores perceberão a importância da honraria com a qual foram contemplados.

Neste momento, convido-os a um passeio pela história do GSI e pelas ações que foram desenvolvidas ao longo deste ano.

O ano era 1938. O País vivia o Estado Novo, da era Getúlio Vargas, que se estendeu até 1945. Já existia, naquele tempo, o Estado-Maior do Governo Provisório, primeiro órgão auxiliar da Presidência da República.

Foi nesse cenário, que o Decreto-Lei nº 920, de 1º de dezembro de 1938, exatamente há 85 anos, alterou a designação daquele Estado-Maior, reorganizando os serviços administrativos da Presidência da República e criando o Gabinete Militar, embrião do GSI, cuja responsabilidade era prestar o assessoramento sobre assuntos militares e realizar a segurança dos palácios e do Presidente da República. Cabe observar que o mesmo Decreto-Lei criou também o Gabinete Civil da Presidência da República.

Em 1º de maio de 1974, o então Presidente Ernesto Geisel reorganizou a Presidência da República, mantendo o Gabinete Militar como Órgão de Assessoramento Direto e Imediato e estabelecendo ao seu titular a condição de Ministro de Estado.

Em nova reorganização da Presidência da República, realizada em 1992, no governo do Presidente Itamar Franco, o Gabinete Militar passou a ser designado como Casa Militar.

Quando da criação do Ministério da Defesa, em 1999, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Casa Militar teve sua designação alterada para Gabinete de Segurança Institucional e foi mantido o cargo de Ministro de Estado. Essa mudança de designação do órgão integrante da Presidência da República baseou-se no fato de novas e abrangentes atribuições terem sido acrescentadas, alterando a estrutura e as funções típicas da Casa Militar, pela criação e vinculação

da Secretaria Nacional Antidrogas, da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais e da Agência Brasileira de Inteligência.

Dezesseis anos mais tarde, em 2015, o GSI retornou à situação de Casa Militar, sendo também extinto o cargo de Ministro de Estado, o que foi novamente alterado em 2016, já no governo Michel Temer. Na ocasião, recriou-se o GSI e o titular da Pasta retornou à condição de Ministro.

Independentemente das diferentes designações recebidas ao longo dessa jornada, o GSI manteve-se fiel aos seus princípios e valores, às suas atribuições, aos seus preceitos éticos; e atento às novas competências advindas das características do mundo moderno.

E esse novo mundo em que vivemos é fragmentado, ambíguo, interligado por informações altamente difusas e caracterizado pela proliferação da desinformação. É um ambiente no qual, em nível global, as diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas afloram com frequência.

Essas características dão origem à competição econômica, política, tecnológica e informacional. Surgem, então, disputas que buscam a maximização de benefícios com a minimização de riscos. Diante desse cenário, governos podem ser desestabilizados pela neutralização de suas instituições públicas e privadas, por meio de ataques cibernéticos que paralise infraestruturas críticas; ações que capturem informações protegidas; ou equipamentos tecnológicos disruptivos que causem dissuasão, dentre outras formas.

Ao mesmo tempo, soberanias são ameaçadas por crimes transfronteiriços como contrabando; lavagem de dinheiro; mineração ilegal; narcotráfico; tráfico de armas; tráfico de pessoas e tráfico de recursos naturais.

Para fazer face a esses desafios, o GSI vem-se modernizando, atualizando suas competências, evoluindo e buscando se contrapor às novas e antigas ameaças às instituições, sempre integrado à essência de seu tempo.

Ao longo desses 85 anos, somaram-se novas responsabilidades à atribuição inicial de assistir o Presidente da República, especialmente quanto a assuntos militares e de segurança; e à atribuição clássica de zelar pela segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e de seus familiares, bem como dos palácios e residências presidenciais.

Sob essa nova perspectiva, em processo conduzido pela Secretaria Executiva, o Decreto nº 11.676, de 30 de agosto deste ano, atualizou a governança do GSI, modificou sua organização e agrupou atribuições de forma a dar maior funcionalidade e especificidade à cada Secretaria.

Consequentemente, a partir da realocação de atribuições, foram criadas a Secretaria de Coordenação de Assuntos Aeroespaciais (SCAE), a Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE) e a Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética (SSIC). Também com designação simples e objetiva, a Secretaria de Segurança Presidencial (SPR) reestruturou-se para focar em sua única e precípua atribuição que se caracteriza por dinâmica e exigências muito próprias e abrangentes.

Nesse contexto, a SPR aperfeiçoou a prática da gestão de seus processos, perseguindo o aprimoramento do seu desempenho operacional, garantindo que seus agentes compreendam e pratiquem seus valores essenciais, quais sejam: o Senso de Cumprimento de Missão, o Compromisso com a Segurança Presidencial e a Disciplina Consciente.

Por meio da intensificação da seleção e da preparação contínua de pessoal, a SPR priorizou,

em seus integrantes, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes apropriadas ao exercício de seus cargos, visando o máximo de efetividade em todas as suas missões.

A SPR buscou, ainda, a melhoria da proteção das instalações, inovando tecnologicamente seus equipamentos e armamentos e promovendo a integração de suas funcionalidades. Para isso, o Programa de Proteção das Instalações Presidenciais, o ProPR, foi dinamizado, visando garantir que os ambientes dos palácios de despacho dos dignitários, suas residências e adjacências estejam seguros contra qualquer tipo de ameaça.

Destarte, a Secretaria de Segurança Presidencial continuou honrando o passado e o significativo feito de, jamais, em seus 85 anos de história, ter um dignitário sob sua proteção sofrido qualquer atentado ou que tivesse tido sua integridade física ameaçada, servindo de modelo para outros países.

Em outra vertente de segurança, quero destacar que o Brasil é pleno de complexas infraestruturas informatizadas. Esse ambiente virtual provê serviços essenciais de toda ordem aos órgãos governamentais, às empresas e aos cidadãos brasileiros e está conectado ao mundo, transmitindo e recebendo dados a todo instante.

Hoje, temos acesso a informações pelo celular, pela TV, pelo smartwatch ou pelo laptop. Esses mesmos dispositivos eletrônicos transformam pessoas e instituições em alvo, ao transmitirem sua localização em tempo real e ao abrirem as portas de seus aparelhos para o mundo. É o ambiente cibernético e da informação.

Fica clara, então, a relevância e a urgência de uma Política Nacional de Cibersegurança orientadora da formulação da Estratégia Nacional de Cibersegurança. Assim, em um trabalho conduzido pela Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética, a fundamental política pública foi elaborada, aguardando apenas o trâmite necessário para que seja aprovada.

Com a PN Ciber, o País busca garantir a confidencialidade, a integridade, a autenticidade e a disponibilidade dos ciberativos de interesse da sociedade brasileira; desenvolver a cultura de Cibersegurança; fomentar o combate ao cibercrime; e incrementar a projeção internacional do Brasil, dentre outros objetivos.

No tocante à segurança da Informação Classificada, foram celebrados Acordos de Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada com vários países, ajustando procedimentos e nomenclaturas, a fim de prover mutuamente sua proteção e segurança.

No âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), a Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos participou de diversas atividades com o objetivo de restringir a ocorrência de delitos transfronteiriços. Assim, a SAGAE esteve presente no planejamento das operações Ágata do Ministério da Defesa e nas reuniões extraordinárias e bilaterais com representantes dos 18 órgãos nacionais que integram o PPIF.

A SAGAE também avaliou ameaças e vulnerabilidades relacionadas à Segurança de Infraestruturas Críticas, desenvolvendo análises de riscos e estudos de interdependência entre elas. Nesse contexto, pela primeira vez, foi instaurado um gabinete de crise no nível político durante o Exercício Guardião Cibernético - maior atividade de defesa cibernética do hemisfério sul - possibilitando a prática de gerenciamento de crises em mais alto nível.

Como Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, contribuímos de maneira ininterrupta para o cumprimento das competências constitucionais daquele Conselho. Tendo

por propósito proteger os interesses nacionais, garantir a soberania e a segurança do País, foi controlada a concessão de atos de assentimento e anuência prévios para a realização de atividades críticas para a segurança nacional, tais como mineração, pesquisa científica com participação de estrangeiros, acesso ao patrimônio genético nacional, dentre outros.

Como órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), planejamos e executamos exercícios integrados de pronta-resposta, bem como apoiamos e acompanhamos, a partir do Centro Nacional de Gerenciamento de Emergência Nuclear (CNAGEN), as operações de transporte de material nuclear.

Ressalto a atuação do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro. O CDPNB é um colegiado de alto nível, coordenado pelo GSI, por meio da SAGAE. Neste ano, o Comitê alcançou resultados expressivos, como a conclusão de dois grupos técnicos: o primeiro destinado a normatizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos e o segundo para analisar aspectos direcionadores para a seleção de novos locais para construção de usinas nucleares.

À frente desse processo, a SAGAE ainda acompanhou o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro e o do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (CENTENA), que abrigará o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Radiação, dentre outras ações.

Como é possível perceber, a nova estrutura permitiu ao GSI concentrar os esforços das secretarias no cumprimento de suas missões. Com a Secretaria de Coordenação de Assuntos Aeroespaciais, a SCAE, não foi diferente.

A Coordenação de Eventos e Viagens Presidenciais foi incorporada à SCAE, o que permitiu ao GSI coordenar, em melhores condições, 78 eventos locais e 71 viagens da Presidência da República, tendo conduzido o Chefe do Poder Executivo em 48 viagens nacionais e 23 viagens internacionais.

Além disso, foram empregados seus meios em 11 missões aéreas de interesse da Presidência da República, como a “Operação Voltando em Paz”, de repatriação de nacionais, e as operações em apoio às calamidades públicas no Rio Grande do Sul, na Bahia, em São Paulo e na região norte do país, além do apoio aos indígenas da etnia Ianomâmi. Nesse escopo, foram cumpridas mais de 2.479 horas de voo.

Na “Operação Voltando em Paz”, contribuimos para o suporte aos cidadãos brasileiros que se encontravam na região de conflito no Oriente Médio. Nessa operação, foram voadas mais de 289 horas, viabilizando a repatriação de 1.446 cidadãos brasileiros, a partir de Israel, Jordânia e Egito.

Outro órgão de extrema relevância, também coordenado pelo GSI, é o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB). Criado para assessorar o Presidente da República em assuntos aeroespaciais, o CDPEB contribuiu na articulação para a criação de empresa pública destinada ao desenvolvimento de projetos espaciais, processo ainda em andamento; para a elaboração da Lei Geral de Atividades Espaciais, ora em trâmite no Congresso Nacional; e para a consolidação da Governança do Setor Espacial Brasileiro, com o estabelecimento do Conselho Nacional do Espaço.

Destaco, ainda, os resultados obtidos pelos Grupos Técnicos encerrados por ocasião da última reunião plenária do CDPEB, na qual foram consolidadas questões basilares para a discussão sobre o equacionamento do orçamento da União para as demandas dos órgãos do Poder Executivo Federal por serviços espaciais, e quanto a soluções nacionais para a produção de uma resina de caráter estratégico para o país, base para a elaboração de propelente sólido para motores-foguetes.

Foram muitas conquistas ao longo desses 85 anos. O amadurecimento do GSI se deu com muito trabalho e dedicação daqueles que nos antecederam: homens e mulheres, civis e militares, todos unidos com patriotismo, civismo e profissionalismo. A todos, nossa profunda gratidão.

Por fim, mais uma vez, agradeço a presença de todos e parabênzo os agraciados com a Medalha da Segurança Presidencial.

Aos integrantes do GSI, ratifico o firme propósito de cumprirmos fielmente todas as nossas missões. Vocês superaram as expectativas mais otimistas de todos os seus chefes. Continuem perseverando com muita fé e muita dedicação.

Deus nos abençoe nessa caminhada

Tenhamos todos um bom dia.

Brasília-DF, 1º de dezembro de 2023

MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

